



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Política social: fundamentos históricos-teóricos, análise, avaliação e financiamento

Vazios da política social na transição de jovens egressos do acolhimento

Suziane Hermes de Mendonça Soares¹

Resumo: O artigo analisa os processos de transição de jovens egressos do acolhimento institucional para a vida adulta, problematizando os vazios da política social presentes no desligamento aos 18 anos. Parte-se da compreensão de que a autonomia não pode ser reduzida a um marco jurídico-administrativo, mas depende de suportes materiais, institucionais e relacionais. A partir de revisão teórica crítica sobre redes socioassistenciais, desinstitucionalização e proteção social, o estudo discute como a retração estatal desloca para redes familiares, comunitárias e afetivas a responsabilidade pela continuidade do cuidado, produzindo trajetórias marcadas por desigualdades, vulnerabilidade e autonomia precária.

Palavras-chave: acolhimento institucional; desinstitucionalização; proteção social; juventude; redes socioassistenciais.

Social Policy Gaps in the Transition of Youth Leaving Institutional Care

Abstract: This article analyzes the transition processes of young people leaving institutional care into adulthood, problematizing the gaps in social policy present in compulsory discharge at the age of 18. The study is based on the understanding that autonomy cannot be reduced to a legal or administrative milestone, but depends on material, institutional, and relational support systems. Drawing on a critical theoretical review of socio-assistance networks, deinstitutionalization, and social protection, the article discusses how state retrenchment shifts responsibility for continuity of care to family, community, and affective networks, producing trajectories marked by inequality, vulnerability, and precarious autonomy.

Keywords: institutional care; deinstitutionalization; social protection; youth; socio-assistance networks.

1. Introdução

A transição de jovens egressos do acolhimento institucional para a vida adulta constitui um dos pontos mais frágeis da política de proteção social brasileira. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleça o acolhimento institucional como medida excepcional e provisória, a realidade evidencia que muitos adolescentes permanecem institucionalizados até a maioridade, momento em que ocorre o desligamento compulsório dos serviços. Nesse processo, a saída institucional frequentemente ocorre sem políticas estruturadas de acompanhamento, moradia, inserção laboral e continuidade da proteção social, produzindo trajetórias marcadas por vulnerabilidade, instabilidade e ruptura de vínculos.

¹ Doutoranda em Política Social na Universidade Federal Fluminense e professora universitária na rede privada. Email: suzianehmsoares@gmail.com

O debate sobre a desinstitucionalização no Brasil avançou a partir da consolidação da doutrina da proteção integral e da centralidade do direito à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990). Entretanto, persistem importantes vazios na política social voltada aos jovens egressos do acolhimento, especialmente no que se refere às estratégias de transição para a autonomia. A maioria jurídica tende a operar como marco administrativo de encerramento da responsabilidade estatal, deslocando para os próprios sujeitos e para suas redes pessoais a responsabilidade pela sobrevivência material e construção de projetos de vida.

O presente artigo busca analisar os vazios da política social na transição de jovens egressos do acolhimento institucional para a vida adulta, problematizando os limites das estratégias atuais de desinstitucionalização e os impactos da retração da proteção estatal. Parte-se da compreensão de que a autonomia não pode ser entendida como atributo exclusivamente individual ou resultado automático da idade cronológica, mas como construção social dependente de suportes materiais, institucionais e relacionais.

A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica de caráter crítico, articulando contribuições do Serviço Social, da sociologia da juventude e dos estudos sobre redes sociais, proteção social e desinstitucionalização. O diálogo teórico mobiliza autores como Robert Castel (1998), Axel Honneth (2009), Lia Sanicola (2015), Pierre Bourdieu (1983) e Michel Foucault (2008), buscando compreender como redes institucionais, vínculos sociais e políticas públicas interferem nos processos de transição do acolhimento para a vida comunitária.

2. Redes socioassistenciais e proteção social na transição do acolhimento

A intervenção em rede pode ser compreendida como um conjunto de processos sociais interdependentes, nos quais indivíduos, grupos e instituições estabelecem conexões capazes de organizar fluxos de informação, proteção e cooperação social. Para Sanicola (2015), as redes constituem espaços relacionais formados por vínculos e trocas que conectam sujeitos e instituições em diferentes níveis de densidade e articulação. Sob essa perspectiva, as redes sociais não podem ser reduzidas a mecanismos administrativos ou arranjos institucionais formais, pois envolvem dimensões socioafetivas, simbólicas e políticas que influenciam diretamente as possibilidades de proteção e autonomia.

A análise das redes permite compreender que a transição do acolhimento para a vida adulta não depende apenas da existência formal de serviços, mas da capacidade de articulação entre políticas públicas, vínculos sociais e suportes institucionais. Bourdieu (1983) contribui para essa reflexão ao demonstrar que as redes são atravessadas por desigualdades na distribuição de capitais sociais, culturais e institucionais, condicionando o acesso dos sujeitos aos recursos disponíveis e às possibilidades de participação social.

No contexto da desinstitucionalização, essa discussão torna-se central, pois muitos jovens deixam os serviços de acolhimento sem redes familiares consolidadas, sem estabilidade material e sem inserção efetiva nas políticas públicas. Castel (1998) afirma que a exclusão social não se reduz à ausência de renda ou trabalho, mas envolve a fragilização dos vínculos sociais e institucionais responsáveis pela sustentação dos indivíduos. Nesse sentido, a saída institucional sem suporte adequado pode produzir processos de desfiliação social, marcados pela ruptura simultânea de proteção estatal e redes primárias de apoio.

2.1. Autonomia relacional e os limites da desinstitucionalização

A noção de autonomia presente nas políticas de desligamento institucional precisa ser problematizada. Conforme Honneth (2009), a autonomia não pode ser compreendida como atributo puramente individual, pois depende de relações sociais de reconhecimento capazes de garantir pertencimento, autoestima e segurança social. Entretanto, nas políticas contemporâneas de proteção social, observa-se frequentemente uma concepção normativa de autonomia baseada em critérios burocráticos e etários, na qual atingir os 18 anos torna-se suficiente para justificar o encerramento da proteção estatal.

Essa lógica aproxima-se das críticas formuladas por Yazbek (2012) acerca dos processos de responsabilização individual presentes nas políticas sociais contemporâneas. Para a autora, a retração seletiva da proteção estatal desloca para os próprios sujeitos e suas redes pessoais a responsabilidade pela superação das vulnerabilidades sociais. Assim, redes familiares, comunitárias e afetivas passam a operar como mecanismos compensatórios diante das insuficiências das políticas públicas.

Ao analisar a transição institucional sob a perspectiva da governamentalidade, Foucault (2008) permite compreender que o desligamento aos 18 anos não constitui apenas uma medida administrativa neutra, mas integra formas de gestão da pobreza juvenil e de reorganização das responsabilidades sociais. A maioria jurídica funciona, nesse contexto, como marcador de redefinição das fronteiras da proteção estatal, mesmo quando os sujeitos ainda não dispõem das condições objetivas necessárias para uma vida autônoma.

A realidade latino-americana evidencia experiências distintas no enfrentamento dessa problemática. A Argentina, por exemplo, instituiu o Programa de Acompanhamento para o Egresso (PAE), garantindo acompanhamento estatal e transferência de renda para jovens egressos do acolhimento, reconhecendo que a autonomia depende da continuidade da proteção social e da existência de suportes institucionais permanentes (BORGES; VILLALTA, 2019).

2.2. Os vazios da política social e a produção da autonomia precária

Os vazios da política social não se expressam apenas na ausência de programas específicos para jovens egressos, mas também na própria lógica de descontinuidade da proteção social que marca a transição institucional. A autonomia tende a ser tratada como responsabilidade individual desvinculada das condições concretas de vida, produzindo trajetórias marcadas por precarização, instabilidade e vulnerabilidade social.

Nesse cenário, redes familiares, comunitárias e afetivas assumem papel central na sustentação das trajetórias juvenis, funcionando frequentemente como mecanismos compensatórios diante da insuficiência das políticas públicas. Contudo, como adverte Castel (1998), a autonomia depende de suportes sociais objetivos. Quando tais suportes são fragilizados ou retirados, os sujeitos passam a ocupar zonas de vulnerabilidade marcadas pela instabilidade dos vínculos e pela insegurança social.

As trajetórias dos jovens egressos também não ocorrem de forma homogênea. Lahire (2002) demonstra que os sujeitos incorporam disposições sociais distintas ao longo da vida, respondendo de maneira desigual às mesmas condições estruturais. Dessa forma, alguns jovens conseguem acessar redes de apoio mais densas

e recursos institucionais mínimos, enquanto outros vivenciam a saída institucional em condições de quase completo isolamento social.

A análise crítica da transição institucional evidencia, portanto, que a desinstitucionalização não pode ser reduzida ao desligamento formal dos serviços de acolhimento. Trata-se de um processo social complexo, atravessado por desigualdades estruturais, retração seletiva da proteção estatal e fragilidade das políticas públicas voltadas à juventude pobre.

3. Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender que a transição de jovens egressos do acolhimento institucional para a vida adulta permanece marcada por profundas contradições entre o discurso normativo da proteção integral e a materialidade concreta das políticas sociais brasileiras. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleça o acolhimento institucional como medida excepcional e provisória, bem como reconheça o direito à convivência familiar e comunitária, a experiência dos jovens egressos evidencia que a saída institucional continua ocorrendo, em muitos casos, de maneira abrupta, descontinuada e atravessada por importantes vazios de proteção social.

A maioria jurídica opera, frequentemente, como um marco administrativo de encerramento da responsabilidade estatal, desconsiderando que a construção da autonomia não se realiza de forma automática ou linear. A análise teórica realizada demonstra que autonomia não pode ser compreendida como atributo individual abstrato, desvinculado das condições concretas de existência. Ao contrário, trata-se de um processo socialmente construído, dependente da existência de suportes materiais, institucionais e relacionais capazes de garantir segurança social, pertencimento e condições mínimas de reprodução da vida.

Percebe-se que a discussão realizada a partir de Castel (1998) evidencia que os processos de desinstitucionalização podem produzir trajetórias de desfiliação social quando a saída do acolhimento ocorre sem redes de apoio minimamente estruturadas. A ausência simultânea de proteção institucional, estabilidade habitacional, inserção qualificada no mundo do trabalho e continuidade dos vínculos sociais amplia a exposição dos jovens a processos de precarização e vulnerabilidade. O desligamento institucional, portanto, não representa necessariamente emancipação, podendo

significar a passagem de uma proteção tutelada para contextos de intensa insegurança social.

A contribuição de Honneth (2009) também permitiu aprofundar a compreensão da autonomia enquanto fenômeno relacional. A autonomia não se constrói pela simples interrupção da tutela institucional, mas pela existência de relações sociais de reconhecimento que possibilitem aos sujeitos desenvolver confiança em si mesmos, autoestima e capacidade concreta de participação social. Tal perspectiva mostra-se particularmente relevante no debate sobre jovens egressos do acolhimento, uma vez que muitos vivenciam trajetórias marcadas pela ruptura de vínculos familiares, fragilidade das redes primárias e experiências recorrentes de estigmatização social.

Ao longo da análise, tornou-se evidente que as redes socioassistenciais ocupam papel central na sustentação das trajetórias juvenis após o desligamento institucional. Entretanto, o estudo também demonstrou que tais redes não podem ser idealizadas nem compreendidas como substitutas da responsabilidade estatal. A perspectiva de Sanicola (2015) contribui para compreender as redes como espaços relacionais vivos, atravessados por disputas, desigualdades e diferentes capacidades de mobilização de recursos. Isso significa reconhecer que nem todos os jovens acessam redes densas ou protetivas, sendo comum a existência de trajetórias marcadas por isolamento social, vínculos fragilizados e baixa circulação de capitais sociais e institucionais.

A discussão crítica sobre os vazios da política social permitiu evidenciar que a retração seletiva da proteção estatal produz um deslocamento crescente de responsabilidades para as famílias, comunidades e redes afetivas. Nesse processo, a continuidade do cuidado passa a depender da capacidade individual dos sujeitos de mobilizar relações sociais e acessar oportunidades frequentemente escassas e desigualmente distribuídas. Tal dinâmica aproxima-se das críticas formuladas por Yazbek (2012), ao demonstrar que as políticas sociais contemporâneas tendem a reforçar processos de responsabilização individual da pobreza, obscurecendo as determinações estruturais que produzem desigualdades sociais.

A análise fundamentada em Foucault (2008) permitiu compreender que o desligamento institucional aos 18 anos não constitui apenas uma decisão técnica ou burocrática, mas integra formas mais amplas de gestão da pobreza juvenil. A

maioridade jurídica opera como tecnologia administrativa de redefinição das fronteiras da proteção social, estabelecendo o momento em que o Estado deixa de reconhecer determinados sujeitos como prioridade de cuidado. Nesse contexto, a transição institucional revela-se também como espaço de regulação social, no qual a autonomia é frequentemente mobilizada como justificativa para a interrupção da proteção estatal.

Outro aspecto relevante evidenciado pelo estudo refere-se à heterogeneidade das trajetórias de desinstitucionalização. A incorporação das contribuições de Lahire (2002) permitiu compreender que os jovens não vivenciam a saída do acolhimento de forma homogênea, uma vez que suas trajetórias são atravessadas por desigualdades relacionadas à classe social, raça, gênero, escolarização e densidade relacional. Alguns sujeitos conseguem acessar suportes institucionais mínimos e redes de apoio relativamente estáveis, enquanto outros experienciam a saída institucional em condições de quase completo isolamento social. Tal constatação impede leituras universalizantes sobre a juventude egressa e reforça a necessidade de políticas públicas capazes de reconhecer a complexidade e diversidade das experiências juvenis.

A realidade latino-americana demonstra, ainda, que existem possibilidades distintas de enfrentamento dessa problemática. Experiências como o Programa de Acompanhamento para o Egresso (PAE), implementado na Argentina, evidenciam a importância de políticas continuadas de acompanhamento e suporte material para jovens que deixam os serviços de acolhimento. Essas iniciativas partem do reconhecimento de que a autonomia depende da continuidade da proteção social e da existência de estratégias institucionais que sustentem os processos de inserção social, educacional e profissional dos jovens.

No caso brasileiro, contudo, observa-se a permanência de importantes lacunas na organização da política socioassistencial voltada aos egressos do acolhimento. A insuficiência de serviços como Repúblicas Jovens, a fragilidade das políticas habitacionais voltadas à juventude pobre, a inserção precária no mercado de trabalho e a ausência de acompanhamento sistemático pós-desligamento demonstram que a desinstitucionalização ainda se encontra fortemente limitada pela descontinuidade da proteção social.

Conclui-se que os vazios da política social não se restringem à ausência de programas específicos, mas expressam uma lógica mais ampla de seletividade e fragmentação da proteção estatal. A autonomia, quando desvinculada das condições objetivas necessárias à reprodução social, converte-se em categoria normativa utilizada para justificar o encerramento precoce das responsabilidades públicas. A transição institucional passa, então, a produzir trajetórias marcadas por autonomia precária, insegurança social e intensificação das vulnerabilidades juvenis.

Como primeiro comentário crítico, destaca-se que a política de desinstitucionalização brasileira ainda opera sob forte contradição entre proteção integral e descontinuidade do cuidado. Embora exista reconhecimento jurídico da necessidade de preparação gradativa para a vida adulta, a prática institucional frequentemente reduz a transição ao desligamento administrativo aos 18 anos, sem garantia efetiva de acompanhamento continuado e sustentação material das trajetórias juvenis.

Como segundo comentário crítico, evidencia-se o risco de instrumentalização das redes sociais e comunitárias pela racionalidade neoliberal contemporânea. Ao deslocar para vínculos familiares, afetivos e comunitários a responsabilidade pela continuidade da proteção, o Estado tende a naturalizar a precarização da política social e a transformar solidariedades informais em mecanismos compensatórios da retração estatal. Tal dinâmica obscurece o caráter estrutural das desigualdades sociais e reforça processos de individualização da questão social.

Assim, considera-se que o debate sobre jovens egressos do acolhimento exige ampliar a centralidade da transição institucional nas agendas de pesquisa e formulação de políticas públicas. Pensar a autonomia juvenil implica reconhecer que nenhum sujeito constrói sua inserção social de forma isolada. A garantia de trajetórias dignas para jovens egressos depende da articulação entre políticas públicas universais, continuidade da proteção social, fortalecimento das redes institucionais e compromisso ético-político com a defesa de direitos sociais.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. **Condição juvenil no Brasil contemporâneo**. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). Retratos da juventude brasileira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BORDEAU, Pierre. **Os três estados do capital cultural**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BORGESE, Clara; VILLALTA, Carla. **Políticas de egreso y autonomía juvenil en Argentina**. Buenos Aires: UNICEF, 2019.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: Presidência da República, 1990.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LAHIRE, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SANICOLA, Lia. **As dinâmicas de rede e o trabalho social**. São Paulo: Veras, 2015.
- YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 288-322, 2012.